

PROGRAMA DA CANDIDATA À DEPUTADA FEDERAL “VIVI REIS”

APRESENTAÇÃO

O Pará é um território de imensas riquezas. Seus rios, sua floresta, sua biodiversidade, sua cultura e, principalmente, seu povo, produzem uma das maiores contribuições para a riqueza do Brasil. Mas essa riqueza historicamente não tem retornado para quem constrói este território. Enquanto grandes grupos econômicos acumulam lucros com a exploração dos bens naturais, milhões de paraenses convivem com desigualdade, precarização do trabalho, violência, racismo, exclusão e negação de direitos.

Essa realidade não é resultado do acaso. Ela é consequência de um modelo político e econômico que há séculos transforma a Amazônia em território de exploração, concentra poder nas mãos de poucos e mantém a maioria da população distante das decisões sobre os rumos do seu próprio futuro.

É contra essa lógica que nasce a candidatura de Vivi Reis à Câmara Federal.

Vivi Reis é filha da Amazônia urbana e popular. Mulher negra, feminista, amazônida, educadora popular, fisioterapeuta e militante dos direitos humanos, construiu sua trajetória a partir das lutas coletivas, dos movimentos sociais e da defesa de um projeto de sociedade em que a vida esteja acima do lucro.

Sua caminhada política nasceu da organização estudantil, da defesa da universidade pública e da luta dos movimentos populares. Desde cedo, compreendeu que as transformações sociais não acontecem pela ação individual de representantes, mas pela força organizada do povo. Sua atuação no movimento estudantil, nos direitos humanos, na defesa da justiça climática, do serviço público, da igualdade racial, dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ expressa uma escolha política: estar ao lado de quem historicamente teve sua voz silenciada.

Como vereadora de Belém e como primeira mulher negra e bissexual assumida a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Pará, Vivi Reis representa uma nova forma de fazer política: uma política construída com participação popular, compromisso ético e vínculo permanente com os territórios e sujeitos que lutam diariamente para transformar a Amazônia.

Sua candidatura nasce da convicção de que o Pará pode construir outro caminho. Um caminho em que a riqueza produzida pelo povo retorne ao povo; em que o Estado esteja a serviço dos direitos e não dos privilégios; em que a democracia seja fortalecida pela participação popular; e em que a Amazônia seja reconhecida não como fronteira de exploração, mas como território de vida, conhecimento, cultura e futuro.

Defendemos um projeto de esquerda comprometido com a democracia, os direitos humanos, a justiça social, a igualdade racial e de gênero, a valorização do trabalho, a defesa dos serviços públicos, da universidade pública, da ciência, da cultura e da floresta viva.

Um projeto construído a partir de uma perspectiva classista, porque reconhece que são as trabalhadoras e os trabalhadores que produzem a riqueza da sociedade; feminista e

antirracista, porque enfrenta as estruturas que produzem desigualdades; ecossocialista, porque afirma que não existe justiça social sem justiça ambiental; e amazônida, porque reconhece que os povos da Amazônia são sujeitos políticos e protagonistas da construção de novos futuros.

Este programa está estruturado em 6 eixos, não é apenas uma lista de propostas eleitorais. É uma convocação para construir um novo pacto político para o Pará: um pacto em que os povos tenham direito de decidir sobre seus territórios, em que a riqueza seja distribuída com justiça, em que o cuidado seja reconhecido como responsabilidade coletiva e em que o desenvolvimento esteja a serviço da vida.

EIXO 1: O TRABALHO ACIMA DO LUCRO

Quem produz a riqueza deve decidir os rumos da riqueza. O Pará produz enormes riquezas, mas elas permanecem concentradas nas mãos de grandes empresas, latifundiários e grupos econômicos. Enquanto poucos acumulam lucros, milhões de trabalhadores enfrentam baixos salários, desemprego, informalidade e precarização. Nosso mandato defenderá um novo pacto em que o trabalho esteja acima do lucro e a riqueza produzida na Amazônia retorne para quem a produz.

Trabalho com direitos, dignidade e valorização

- valorização dos salários e fortalecimento dos pisos salariais nacionais;
- defesa da redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1 e sem redução salarial;
- combate à precarização, à terceirização abusiva e às formas de contratação que retiram direitos;
- ampliação da proteção aos trabalhadores informais, autônomos, domésticos, rurais e de plataformas digitais;
- proteção para quem trabalha: ampliar a proteção previdenciária e trabalhista de informais, autônomos, domésticas, trabalhadores rurais e de aplicativos, garantindo acesso à Previdência, proteção em caso de acidente, doença e maternidade, regulamentação do trabalho em plataformas e combate à informalidade e à precarização.
- fortalecimento da organização sindical e da negociação coletiva.

Serviço público forte para garantir direitos

- defender a realização de concursos públicos;
- valorização das carreiras públicas;
- fortalecimento dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCRs);
- defesa da estabilidade como instrumento de proteção ao interesse público;
- valorização dos servidores públicos e das servidoras públicas.

Economia popular para distribuir riqueza

- fortalecimento da agricultura familiar, da pesca artesanal e do extrativismo;
- incentivo ao cooperativismo, à economia solidária e aos empreendimentos coletivos;
- fortalecer quem trabalha por conta própria: ampliar o acesso de cabeleireiras, barbeiros, manicures, costureiras, artesãos, cozinheiras, pequenos comerciantes e outros trabalhadores autônomos à crédito público, equipamentos, qualificação, assistência técnica, Previdência e mercados.

- Fortalecer cooperativas e empreendimentos coletivos, criando melhores condições para que quem trabalha por conta própria possa produzir, crescer e viver com dignidade.
- ampliação do acesso ao crédito, à assistência técnica e aos mercados institucionais para pequenos produtores;
- fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica;
- incentivo às iniciativas econômicas desenvolvidas por mulheres, juventudes e comunidades tradicionais

Proteção social para quem vive do trabalho

- fortalecimento das políticas de saúde e segurança do trabalhador;
- ampliação do acesso à formação e à qualificação profissional;
- fortalecimento das políticas públicas voltadas à juventude trabalhadora;
- defesa da Previdência Social pública e da proteção social para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Trabalho, comida e moradia: dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras

- defesa da Política de habitação, moradias populares, e políticas de redução do preço dos aluguéis.
- Políticas habitacionais adequadas às especificidades dos territórios amazônicos, incluindo populações ribeirinhas, rurais, quilombolas e tradicionais.
- Ampliar os investimentos federais em moradia popular, fortalecer o Minha Casa, Minha Vida, criar políticas de locação social e aluguel acessível, utilizar imóveis públicos ociosos para habitação e apoiar a urbanização e regularização de áreas populares. Defender financiamento habitacional com parcelas compatíveis com a renda dos trabalhadores e políticas específicas para os territórios rurais, ribeirinhos, quilombolas e comunidades tradicionais.
- Criar uma política de Supermercados Populares, com alimentos básicos, saudáveis e de qualidade a preços acessíveis, priorizando as periferias e os territórios de maior vulnerabilidade e fortalecendo a agricultura familiar e a produção dos povos e comunidades tradicionais.
- Defender recursos federais para implantação de Supermercados Populares priorizando periferias urbanas, regiões de maior pobreza e áreas com dificuldade de acesso a alimentos.
- Defender uma política federal de geração de empregos de qualidade, valorização dos salários e dos direitos trabalhistas, redução da jornada sem redução salarial e fortalecimento da economia solidária, agricultura familiar e pequenos empreendimentos. Cobrar dos grandes projetos financiados ou incentivados com recursos públicos empregos dignos e contrapartidas para o povo.

EIXO 2: EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAR O POVO

O conhecimento deve libertar, e não reproduzir privilégios.

A educação é um direito fundamental e uma das principais ferramentas para enfrentar as desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero. Defender a educação pública é defender um projeto de país comprometido com a democracia, a soberania nacional e a emancipação da classe trabalhadora.

Na Amazônia, educar também significa reconhecer a diversidade dos territórios, valorizar os saberes dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e das populações das águas e das florestas. Nosso mandato defenderá uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva, antirracista, socialmente referenciada e comprometida com o Bem Viver.

A educação pública como patrimônio do povo

- fortalecimento do financiamento público da educação básica;
- ampliação das políticas para a primeira infância;
- garantia da alfabetização na idade certa, com respeito às diversidades culturais e linguísticas;
- defesa da oferta de ensino médio com qualidade para as comunidades rurais, com infraestrutura, transporte e quadro docente qualificado. Nossa juventude do campo, das águas e das florestas tem o digno direito ao ensino médio, à educação profissional e a oportunidade de acessar a universidade.
- defesa da ampliação e a qualificação do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e do SOMEI, garantindo que nenhum jovem precise deixar sua comunidade para concluir o ensino médio, enquanto se avança na expansão da oferta regular de educação pública nos territórios onde ela ainda não existe.
- apoiar a implantação do Programa Nacional de Escolas de Tempo Integral.
- defesa da gestão democrática das escolas públicas;
- valorização do Fundeb como instrumento permanente de financiamento da educação.

Educação que nasce dos territórios amazônicos

- fortalecimento da Educação do Campo, das Águas e das Florestas;
- valorização da Pedagogia da Alternância como política pública nacional;
- fortalecimento da Educação Escolar intercultural Indígena, com respeito às línguas, culturas e projetos de vida dos povos originários;
- fortalecimento da Educação Escolar Quilombola;
- apoio às licenciaturas específicas e à formação de educadores vinculados aos territórios;
- produção de materiais didáticos que valorizem a história, a cultura e os saberes amazônicos.

Permanência, inclusão e cuidado para aprender

- fortalecimento das políticas de educação inclusiva para pessoas com deficiência;
- permanência para estudar e concluir: ampliar os recursos federais para bolsas e auxílios estudantis, moradia universitária, restaurantes nos campi, transporte, inclusão digital e acessibilidade, garantindo condições para que estudantes de baixa renda, indígenas, quilombolas, do campo, ribeirinhos e pessoas com deficiência possam permanecer e concluir seus estudos.
- fortalecimento da alimentação escolar, do transporte escolar e da assistência estudantil;
- implementação de políticas de promoção da saúde mental nas escolas e universidades;
- combate à evasão escolar e às desigualdades educacionais que atingem crianças, jovens e adultos das periferias e dos territórios amazônicos.
- fortalecimento e apoio aos cursinhos populares e comunitários, ampliando o acesso de estudantes das periferias e grupos populares ao ensino superior.

Universidade, ciência e tecnologia para transformar a Amazônia

- fortalecimento das universidades e institutos públicos federais;
- ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação;
- valorização da carreira docente e dos profissionais da educação;
- fortalecimento das agências públicas de fomento à pesquisa, com atenção especial à Amazônia;
- ampliação das bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado e ampliação e uma política de aumento contínuo do valor das bolsas.
- Defesa do Fator Amazônia em editais de ciência, tecnologia e inovação: mínimo de 10% dos recursos de cada edital devem ser aplicados em instituições amazônidas
- incentivo à pesquisa comprometida com os desafios sociais, ambientais e econômicos da Amazônia;
- fortalecimento da extensão universitária e da articulação entre universidades e comunidades.
- defesa da recomposição e ampliação dos orçamentos para as Universidade Públicas Federais.

Educação para formar cidadãos e transformar a sociedade

- fortalecimento das políticas de educação em direitos humanos;
- implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em todos os níveis de ensino;
- valorização da educação ambiental crítica e da justiça climática nos currículos;
- fortalecimento de políticas de combate ao racismo, ao machismo, à LGBTQIA+fobia e a todas as formas de violência no ambiente escolar;
- promoção da cultura, da arte e da memória como dimensões fundamentais da formação humana.

EIXO 3: A AMAZÔNIA É DOS POVOS

Não há floresta em pé sem povos com direitos.

A Amazônia vive uma disputa permanente entre dois projetos de desenvolvimento. De um lado, um modelo baseado na exploração intensiva dos bens naturais, na concentração fundiária, na violência contra os povos e na exportação de riquezas que aprofunda as desigualdades sociais. De outro, um projeto construído a partir dos territórios, que reconhece os povos da Amazônia como protagonistas da proteção da biodiversidade, da produção de conhecimentos e da construção de alternativas econômicas comprometidas com a justiça social e ambiental.

Nosso mandato defenderá a soberania dos povos sobre seus territórios, a proteção da floresta viva e um novo modelo de desenvolvimento que distribua riqueza, respeite os direitos coletivos e fortaleça a democracia ambiental.

Terra, território e direitos para os povos da Amazônia

- fortalecimento da reforma agrária e da agricultura familiar;
- garantia da demarcação das terras indígenas e da titulação dos territórios quilombolas;
- fortalecimento das políticas de regularização fundiária voltadas às populações tradicionais e à agricultura familiar;

- garantia do direito à consulta livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da OIT;
- fortalecimento das políticas de proteção dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais;
- enfrentamento à violência no campo e aos conflitos territoriais.
- Lutar contra o Marco temporal

Justiça ambiental para proteger a vida

- fortalecimento da legislação de combate ao garimpo e à mineração ilegais;
- combate ao desmatamento, às queimadas e à grilagem de terras públicas;
- fortalecimento da fiscalização ambiental e dos órgãos públicos responsáveis pela proteção dos territórios;
- defender a Amazônia e os direitos da natureza: proteger rios, florestas, nascentes, manguezais e toda a biodiversidade amazônica, fortalecendo Ibama, ICMBio e demais órgãos de fiscalização, combatendo o garimpo ilegal, o desmatamento e a contaminação das águas.
- Defesa do licenciamento ambiental rigoroso, responsabilização de empresas pelos danos causados e proteção dos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais.
- Defesa da reestatização da COSANPA, ampliar os investimentos federais em abastecimento e saneamento e garantir água potável gratuita em espaços públicos, com pontos de hidratação em praças, feiras, terminais, escolas e locais de grande circulação. Priorizar as periferias, ilhas, comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, combatendo a contaminação dos rios e garantindo que ninguém fique sem água por falta de renda.
- responsabilização de empresas por crimes socioambientais;
- fortalecimento das políticas nacionais de adaptação e enfrentamento às mudanças climáticas.
- defesa da redução das tarifas de energia elétrica no Pará, garantindo que a riqueza energética produzida na Amazônia beneficie sua população.
- Defesa da ampliação das políticas de “Taxas zero” para famílias hipossuficientes.

A floresta viva produz riqueza e Bem Viver

- fortalecimento da bioeconomia de base comunitária;
- incentivo à agroecologia e aos sistemas agroflorestais;
- valorização das cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
- fortalecimento do extrativismo sustentável e da pesca artesanal;
- ampliação do financiamento às cooperativas e empreendimentos comunitários;
- fortalecer os Projetos de Desenvolvimento Sustentável- PDS (defendido por Dorothy Stang) e as economias da floresta em pé, garantindo terra, crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercado para agricultores familiares, extrativistas, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Apoiar cadeias como açaí, cacau, castanha, pescado e outros produtos da sociobiodiversidade, com beneficiamento nos territórios e melhores preços para quem produz. Defender uma Amazônia onde a floresta gere trabalho e renda sem ser destruída.
- Justiça climática e soberania amazônica: enfrentar a crise climática protegendo primeiro quem mais sofre com seus impactos. Defender recursos federais para adaptação das cidades e comunidades amazônicas, proteção dos rios e florestas, prevenção de eventos extremos e fortalecimento das economias da floresta viva, garantindo a participação dos povos e comunidades tradicionais nas decisões

sobre seus territórios. A transição climática não pode produzir novos territórios de sacrifício.

- fortalecimento da participação dos povos da Amazônia na formulação das políticas climáticas nacionais;
- ampliação dos investimentos públicos em adaptação climática para comunidades vulnerabilizadas;
- defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia com protagonismo de seus povos;
- fortalecimento da pesquisa científica e da inovação voltadas para soluções climáticas desenvolvidas na Amazônia;
- acompanhamento e fiscalização dos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil em fóruns internacionais.

EIXO 4: O CUIDADO TRANSFORMA A SOCIEDADE

A vida deve valer mais que o lucro.

O cuidado sustenta toda a sociedade, mas historicamente foi tratado como uma responsabilidade privada e invisibilizada. São principalmente mulheres, especialmente mulheres negras, trabalhadoras, periféricas, indígenas e quilombolas, que assumem o trabalho cotidiano de cuidar de crianças, idosos, pessoas com deficiência, famílias e comunidades, sem reconhecimento e, muitas vezes, sem direitos.

O modelo econômico dominante transforma a vida em mercadoria, enquanto concentra sobre as mulheres o peso das desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Nosso mandato defenderá uma sociedade em que o cuidado seja reconhecido como responsabilidade coletiva e dever do Estado, garantindo direitos, autonomia e dignidade para todas as pessoas. Isso significa assegurar o direito de receber cuidado e apoio ao longo da vida, ao mesmo tempo em que se reconhece e valoriza quem cuida e se ampliam políticas e serviços públicos capazes de reduzir e redistribuir a sobrecarga do trabalho de cuidado, historicamente atribuída às mulheres e às famílias.

Uma vida sem violência: direitos e autonomia para as mulheres

- fortalecer a política nacional de enfrentamento ao feminicídio e à violência contra as mulheres, ampliando DEAMs, casas-abrigo, centros de referência, atendimento psicológico e assistência jurídica, com financiamento federal permanente. Retomar propostas já apresentadas por Vivi Reis no Congresso, como a ampliação das Delegacias da Mulher e o Dia Nacional de Levante Contra o Feminicídio, e defender políticas específicas para mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas e LGBTQIA+.
- Ampliação da rede pública de proteção e acolhimento às mulheres em situação de violência;
- Combater a violência política de gênero, ampliando a proteção das mulheres que ocupam espaços de representação e participação política - pauta que Vivi também vem defendendo em seu mandato na Câmara de Belém.
- defesa da igualdade salarial e do fim das desigualdades no mundo do trabalho;
- fortalecimento de políticas de autonomia econômica para mulheres;
- garantia da saúde integral das mulheres em todas as fases da vida;
- ampliação de políticas específicas para mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e trabalhadoras rurais.

- promoção da educação para a prevenção da violência contra as mulheres nas escolas, conforme o art. 8º, VIII e IX, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Direitos reprodutivos e o direito de decidir sobre a própria vida

- fortalecimento das políticas públicas de planejamento reprodutivo;
- ampliação do acesso à atenção integral à saúde materna;
- enfrentamento da mortalidade materna, especialmente entre mulheres negras e populações vulnerabilizadas;
- fortalecimento da assistência humanizada durante a gestação, parto e pós-parto;
- garantia de políticas públicas baseadas em evidências científicas e direitos humanos.

O cuidado como política pública: ninguém deve cuidar sozinho

- cuidar é um direito: ampliar e garantir recursos para a implementação da Política Nacional de Cuidados, com mais creches públicas, centros-dia para idosos e pessoas com deficiência, atendimento domiciliar, cozinhas comunitárias e outros serviços públicos de cuidado. Valorizar e proteger as trabalhadoras do cuidado e reconhecer o trabalho não remunerado realizado principalmente pelas mulheres. Cuidar não pode ser responsabilidade exclusiva das mulheres e das famílias: é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado.
- ampliação da oferta pública de creches e educação infantil;
- envelhecer com dignidade: preparar o Pará e o Brasil para o envelhecimento da população, ampliando atendimento domiciliar, Centros-Dia, saúde, moradia acessível, transporte, convivência, cultura, esporte e proteção contra a violência e o abandono. Defender autonomia, participação social e inclusão digital das pessoas idosas e fortalecer as políticas de cuidado para apoiar também suas famílias.
- garantia de direitos e proteção às pessoas com deficiência;
- valorização das trabalhadoras e trabalhadores do cuidado;
- reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado como trabalho essencial para a sociedade.
- fortalecimento da proteção social às pessoas que realizam trabalho de cuidado não remunerado, com atenção à renda.

Diversidades e igualdade: uma democracia que reconhece todos os corpos

- fortalecimento dos direitos da população LGBTQIA+;
- combate à LGBTQIA+fobia, ao racismo e a todas as formas de discriminação;
- fortalecer uma política nacional de direitos da população LGBTQIA+, retomando a trajetória de Vivi Reis na defesa da autodeterminação de gênero, do combate à violência e da igualdade de direitos. Garantir políticas de saúde, educação, trabalho, renda e moradia, com atenção especial à população trans e travesti, e enfrentar a LGBTQIA+fobia em todos os espaços da sociedade.
- fortalecimento das políticas de igualdade racial;
- proteção dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;
- defesa da liberdade religiosa e do respeito à diversidade cultural;
- políticas públicas para juventudes negras, periféricas e tradicionais.

Bem-estar animal e Saúde Única: defender a vida em todas as suas formas

- criação de uma política nacional permanente de castração gratuita e acessível;

- fortalecimento do controle populacional ético de cães e gatos;
- combate ao abandono e aos maus-tratos contra animais;
- ampliação da medicina veterinária pública;
- fortalecimento dos hospitais veterinários públicos;
- apoio às organizações e redes comunitárias de proteção animal;
- incorporação do conceito de Saúde Única, integrando saúde humana, animal e ambiental;
- proteção da fauna amazônica e combate ao tráfico de animais silvestres.

Assistência Social é direito: fortalecer o SUAS e proteger quem mais precisa

- fortalecimento do financiamento da Política Nacional da Assistência Social, combatendo os ajustes fiscais e contingenciamentos orçamentários;
- defesa da aprovação e efetivação da PEC 383, a PEC do SUAS, que estabelece 1% da Receita Corrente Líquida para Assistência Social;
- criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos, com estruturação de uma política nacional de promoção dos direitos humanos e garantia da dignidade da pessoa humana;
- valorização dos benefícios do INSS e inclusão previdenciária de trabalhadores informais;
- limites aos créditos consignados e enfrentamento ao incentivo de descontos de aposentadorias e benefícios previdenciários, combatendo o endividamento da população;
- defesa de projetos que preveem acréscimo na aposentadoria de mulheres mães, como reconhecimento ao trabalho do cuidado e ao trabalho doméstico;
- piso Salarial Nacional para Assistentes Sociais e Psicólogos (as);
- apoio às jornadas de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais e psicólogos (as);
- não à redução da maioria penal e contra o aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo;
- fortalecimento das políticas de atendimento socioeducativo, com prioridade às medidas em meio aberto, ampliação orçamentária, valorização de trabalhadores do sistema e garantia de direitos de adolescentes e familiares;
- defesa de projetos que fortaleçam a família, a partir de suas diversidades, do respeito aos diferentes formatos e do reconhecimento formal de uniões baseadas no afeto e na socioafetividade, independentemente de gênero ou composição.

EIXO 5: DEMOCRACIA CONTRA O PODER DAS OLIGARQUIAS

O Pará precisa ser governado pelo povo.

As desigualdades do Pará não são resultado do acaso. Elas são produzidas por uma estrutura histórica de concentração de poder econômico e político, em que poucos grupos controlam grandes parcelas da terra, da riqueza, dos meios de comunicação e das decisões sobre os rumos do Estado.

A democracia não pode se limitar ao momento do voto. Ela precisa garantir participação permanente da população nas decisões públicas, ampliar direitos, enfrentar privilégios e fortalecer os sujeitos historicamente excluídos do poder.

Nosso mandato será uma ferramenta de organização popular, fiscalização cidadã e ampliação da democracia, defendendo um Estado comprometido com os interesses da maioria da população.

Mais participação popular, mais poder para o povo

- fortalecimento dos mecanismos de participação popular nas políticas públicas;
- defesa de instrumentos de democracia participativa;
- fortalecimento dos conselhos de políticas públicas e espaços de controle social;
- criação e ampliação de mecanismos de participação popular na elaboração e acompanhamento do orçamento público;
- defesa da consulta e participação das comunidades afetadas por grandes projetos e decisões públicas;
- fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores e movimentos sociais.

Direitos humanos e igualdade: democracia para todas as pessoas

- combate ao racismo estrutural e fortalecimento das políticas de igualdade racial;
- enfrentamento às violências contra mulheres, juventudes, população LGBTQIA+ e povos tradicionais;
- fortalecimento das clínicas e serviços de atenção e atendimento gratuito à população, a exemplo das clínicas vinculadas ao Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA.
- defesa dos direitos das juventudes negras e periféricas;
- fortalecimento das políticas de direitos humanos;
- proteção dos defensores e defensoras de direitos humanos e ambientais;
- garantia da liberdade religiosa e combate à intolerância;
- defesa dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.
- enfrentar a violência nas grandes cidades fortalecendo o serviço público de segurança, a prevenção e a inteligência, com prioridade para as periferias. Valorizar os servidores da segurança com salários dignos, carreira, formação, equipamentos, saúde física e mental e condições seguras de trabalho, combatendo a precarização e a terceirização dos serviços essenciais.
- fortalecer a Política Nacional de Direitos Humanos com orçamento, instituições e mecanismos de proteção, enfrentando o racismo, a misoginia, a LGBTQIA+fobia, a violência institucional e a violência no campo e nas cidades. Proteger defensores de direitos humanos, lideranças comunitárias e povos e comunidades ameaçados, ampliar o acesso à justiça e garantir que nenhuma pessoa tenha seus direitos negados por sua origem, território, gênero, raça, orientação sexual ou condição social.
- manter a maioria penal aos 18 anos e rejeitar qualquer proposta de redução. Adolescente precisa de educação, proteção, oportunidades e responsabilização adequada - não de prisão cada vez mais cedo. Defender o ECA, fortalecer o SINASE e ampliar políticas de educação, cultura, esporte, trabalho e proteção à juventude, especialmente nas periferias.

Segurança pública e direitos

- Fortalecer a valorização dos servidores e servidoras da segurança pública e garantia de condições dignas de trabalho e equipamentos;
- combater à precarização dos serviços de segurança pública;
- fortalecimento do controle da atividade policial a exemplo da ampliação do uso de câmeras corporais;

- fortalecimento das políticas de prevenção e enfrentamento às violências urbanas, especialmente nas periferias.
- fortalecimento das políticas de saúde mental e atenção psicossocial aos profissionais da segurança pública.

Soberania Digital e Tecnologia à serviço da sociedade

- Lutar pela implementação completa do ECA Digital, protegendo nossas crianças e jovens de espaços virtuais nocivos, que incentivam e reforçam comportamentos negativos e os levam ao adoecimento.
- Regulamentar as redes sociais, evitando a disseminação de fake news, exposição indevida de conteúdos e pessoas, exposição à violência e extremismo, e reduzindo a dependência que essas redes criam em seus usuários.
- Os dados e a comunicação das universidades e instituições científicas públicas não devem ficar hospedados nos servidores das big techs - apoio ao desenvolvimento de alternativas nacionais, soberanas e baseadas em software livre para gerenciamento de dados e comunicação das instituições científicas nacionais.
- Apoio ao desenvolvimento de ferramentas de comunicação nacionais, livres e soberanas, reduzindo a dependência que os diversos seguimentos da sociedade e do governo tem de ferramentas das big techs, que utilizam nossos dados em suas cadeias econômicas e de controle.
- Fomento ao software livre enquanto forma prioritária para as contratações de sistemas e software no âmbito do governo.
- Apoiar coletivos e empreendimentos que desenvolvam soluções em software livre para problemas em geral.
- Apoiar a expansão da infraestrutura de conexão à internet, em especial na Amazônia, utilizando tecnologias soberanas que resguardecem os direitos humanos e que não estejam sob controle de empresas estrangeiras ou big techs.

Cultura, comunicação e conhecimento como ferramentas de emancipação

- fortalecimento da cultura popular e das expressões culturais amazônicas;
- valorização dos artistas, produtores culturais e fazedores de cultura;
- fortalecimento da comunicação comunitária e independente;
- ampliação do acesso público à internet de qualidade;
- defesa da inclusão digital como direito;
- democratização dos meios de comunicação;
- fortalecer o turismo, autoemprego, trabalho qualificado e intercessão com festivais nacionais e internacionais desde a Amazônia;
- apoiar o audiovisual da Amazonia e os pontos de culturas digitais e solares.
- apoiar a criação de políticas que permitam que populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais sejam dotadas de ferramentas contemporâneas (TIC's) para criarem suas próprias soluções culturais, sociais e econômicas;
- descentralização de editais culturais, com cotas territoriais simplificados, para eliminar barreiras burocráticas de projetos tradicionais.
- Financiamento e apoio a circulação de artistas e fazedores de cultural no Pará, promovendo o intercâmbio cultural entre os municípios e fortalecendo os artistas regionais.
- valorização da memória, da história e dos conhecimentos dos povos amazônicos.

- Defender e assegurar o ensino de Artes nas escolas de educação básica.

Estado transparente a serviço do povo

- ampliação dos mecanismos de transparência pública;
- fortalecimento dos instrumentos de fiscalização cidadã;
- defesa do patrimônio público e dos serviços públicos;
- combate ao uso privado do Estado para beneficiar grupos econômicos;
- fortalecimento dos órgãos públicos de controle;
- defesa de políticas de integridade e responsabilidade na gestão pública.
- dívida pública e orçamento a serviço do povo: defender a auditoria e a transparência da dívida pública, combatendo o peso dos juros sobre o orçamento e os ajustes fiscais que retiram recursos das políticas sociais. Defender que o orçamento público priorize saúde, educação, assistência social, habitação, ciência, infraestrutura e geração de trabalho e renda, com uma política tributária que faça os mais ricos contribuírem mais.
- Defender a soberania brasileira sobre nossas riquezas, territórios, recursos naturais e setores estratégicos, fortalecendo a indústria, a ciência, a inovação; a tecnologia e as empresas públicas. Defender uma política externa baseada na paz, na autodeterminação dos povos, na integração latino-americana e na solidariedade internacional.

EIXO 6: RUPTURA ECOSOCIALISTA NA AMAZÔNIA: PRODUZIR PARA A VIDA, NÃO PARA O LUCRO

Durante séculos, a Amazônia foi tratada como uma fronteira de exploração. Seus minérios, suas águas, sua biodiversidade e sua energia foram transformados em riqueza para grandes grupos econômicos, enquanto a maioria da população permaneceu convivendo com desigualdade, precariedade dos serviços públicos e destruição ambiental.

O mito do "desenvolvimento regional" baseado na exportação de commodities, na concentração da terra e na exploração predatória faliu. Ele destrói ecossistemas, esgota os rios e ameaça a reprodução da própria vida.

Não precisamos de um "novo projeto de desenvolvimento" nos moldes do capital, precisamos de ruptura ecossocialista. Defendemos uma ruptura com o produtivismo capitalista de uma economia extrativista e predatória para dar lugar à reprodução da vida, à soberania popular, à ciência a serviço dos territórios e à justiça socioambiental.

Um projeto onde a economia sirva aos ecossistemas, e não o contrário, de modo a construir uma transição ao bem-viver. Um projeto que gere trabalho digno, distribua riqueza e reconheça a Amazônia como protagonista na construção de novas formas de produzir e viver.

Nosso mandato atuará no Congresso Nacional para dismantelar a lógica colonial de exploração, frear o avanço das falsas soluções de mercado e fortalecer as economias comunitárias e o Bem Viver.

- Combater a lógica que transforma as riquezas amazônicas em lucro para grandes empresas, enquanto os povos permanecem com os impactos. Defender que água, florestas, biodiversidade, minerais e energia estejam subordinados ao interesse público e aos direitos dos povos, com maior participação social na riqueza produzida e taxaçaõ daqueles que mais lucram com a exploração dos territórios.
- Construir uma economia baseada na floresta em pé, na agricultura familiar, nos PDS, no extrativismo, na agroecologia, no cooperativismo e nas economias comunitárias. Garantir crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados para quem produz, fortalecendo as cadeias da sociobiodiversidade e fazendo com que a riqueza permaneça nos territórios.
- Enfrentar o modelo econômico dependente de mineração, desmatamento e outras atividades predatórias, construindo uma transição ecossocialista que não abandone os trabalhadores. Investir em ciência, tecnologia, energias renováveis socialmente justas e novas formas de produção, garantindo direitos, renda e proteção social durante a transição.
- Defender os territórios, rios, florestas e modos de vida contra o avanço do garimpo, da grilagem, do desmatamento e de grandes projetos predatórios. Fortalecer a fiscalização pública, o licenciamento ambiental e os direitos de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais, reconhecendo que defender a natureza é defender quem vive e trabalha nela.
- Colocar a ciência, a tecnologia e os conhecimentos dos povos amazônicos a serviço da vida, fortalecendo universidades, institutos de pesquisa e tecnologias sociais. Defender a soberania dos povos sobre seus territórios, conhecimentos e biodiversidade e construir uma Amazônia integrada à América Latina e ao mundo pela cooperação e pela solidariedade, e não pela subordinação ao capital internacional.

O programa de Vivi Reis apresenta um projeto de transformação para o Pará e para a Amazônia, baseado na defesa da vida, dos direitos e da soberania popular. Um projeto que coloca o trabalho acima do lucro, a educação pública como instrumento de emancipação, os povos amazônicos como protagonistas da defesa dos territórios, o cuidado como responsabilidade coletiva, a democracia como poder do povo e uma ruptura ecossocialista contra a exploração predatória do capital na Amazônia. Como deputada federal, Vivi Reis defenderá um mandato popular, participativo e comprometido com a produção de leis, a fiscalização dos poderes públicos e a disputa do orçamento federal para garantir direitos, fortalecer a Amazônia e construir um futuro em que a riqueza produzida pelo povo esteja a serviço do próprio povo.

Um mandato federal de esquerda radical, anticapitalista e em defesa dos territórios e seus povos!